

Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território

Rafael José Navas da Silva

Universidade Federal de Alagoas, Centro de Ciências Agrárias – Maceió, Alagoas, Brasil
e-mail: rafael.navas@ceca.ufal.br

Maria Elisa Paula Eduardo Garavello

Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP) – Piracicaba, São Paulo, Brasil
e-mail: mepegara@usp.br

Resumo

Com o reconhecimento das comunidades quilombolas, o Estado passou a implementar Políticas Agroecológicas visando seu desenvolvimento. Considerando que o território pode ser um importante instrumento de análise de projetos nesta temática e aqueles que abrangem suas diferentes perspectivas, têm maiores chances de resultados efetivos, o objetivo deste trabalho foi avaliar as ações agroecológicas na comunidade quilombola Mandira, em Cananéia/SP. O trabalho foi realizado entre 2011 e 2013 com técnicas qualitativas. Os projetos analisados foram: criação da Reserva Extrativista e manejo de recursos; e implantação de sistemas agroflorestais (SAF). A criação da Reserva proporcionou maior sustentabilidade e remuneração, mas tem mostrado indícios de redução dos estoques naturais, especialização na atividade e redução da produção para autoconsumo. O projeto de SAF proporcionou maior diversidade de produtos e autonomia, formação de capital social e alimentação saudável, indicando que a perspectiva territorial pode contribuir para resultados mais efetivos e na análise de projetos.

Palavras-chave: Sistemas agroflorestais; reserva extrativista; agroecologia; populações tradicionais.

Agroecological projects in the community quilombola: an analysis from the territory

Abstract

With the recognition of the Maroon communities, the State began to implement policies aimed Agroecology its development. Considering that the territory can be an important tool for analysis of projects in this issue and those who cover their different perspectives, are more likely to materialize, the objective of this study was to evaluate the agroecological actions in maroon community Mandira, in Cananéia/SP. The study was conducted between 2011 and 2013 with qualitative techniques. The projects analyzed were: creation of the Extractive Reserve and resource management; and implementation of agroforestry. The creation of the Reserve provided greater sustainability and remuneration, but has shown signs of declining natural stocks, specialization in the activity and reduction of production for own consumption. The design of agroforestry systems provided greater product diversity and autonomy, social capital formation and healthy diet, indicating that the territorial perspective can contribute to more effective results and analysis of projects.

Keywords: Agroforestry; extractive reserve; agroecology; traditional populations.

Proyectos agroecológicos en comunidades quilombola: análisis a partir del territorio

Resumen

Con el reconocimiento de las comunidades “quilombolas”, el Estado comenzó a implementar políticas agroecológicas encaminadas a su desarrollo. Teniendo en cuenta que el territorio puede ser una herramienta de análisis de proyectos en este tema y aquellos que cubren sus diferentes perspectivas, tienen más chances de resultados efectivos, el objetivo de este estudio fue evaluar las acciones agroecológicas en quilombo Mandira, ubicado en Cananéia/SP. El estudio se realizó entre los años de 2011 y 2013 con técnicas cualitativas. Los proyectos evaluados fueron: la creación de una Reserva de Extracción y manejo de los recursos; e implementación de sistemas agroforestales (SAF). La creación de la reserva proporciono mayor sostenibilidad y remuneración, pero ha mostrado signos de reducción de las reservas naturales, especialización de la actividad y la reducción de la producción para el consumo. El proyecto de SAF proporcionó una mayor diversidad de productos y la autonomía, la formación de capital social y alimentos saludables, lo que indica que la perspectiva territorial puede contribuir a resultados más efectivos y para análisis del proyectos.

Palavras-claves: Sistemas agroforestales; reserva extractiva; agroecología; pueblos campesinos.

Introdução

Com a Constituição Federal do Brasil de 1988 e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, as comunidades remanescentes de quilombos passaram a ter direito legal aos territórios tradicionalmente ocupados, cabendo ao Estado a demarcação e titulação dos mesmos. A partir deste momento, estas comunidades ganharam destaque frente às instâncias governamentais, na luta pela demarcação e regularização dos territórios e na necessidade da implantação de políticas visando seu desenvolvimento e acesso a melhores condições de vida.

Tradicionalmente, estas comunidades tinham como atividades econômicas, a agricultura de corte e queima, a caça e extrativismo, visando atender suas demandas por alimentos, com comercialização dos excedentes. A partir da década de 1960, com a legislação ambiental, o corte da vegetação e o uso do fogo para plantio foram proibidos, reduzindo a agricultura, o que levou as comunidades à buscarem novas alternativas econômicas, com exploração de outros recursos naturais.

Neste cenário, nos últimos anos, várias políticas foram lançadas, como o Programa Brasil Quilombola, a Nova Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural, instituída pela Lei nº 12.188/10 e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto 6.040/2007, tendo como base a agroecologia, que prioriza o uso dos recursos locais, com menor dependência de insumos externos, visando à sustentabilidade das atividades produtivas. Porém, mesmo com os projetos desenvolvidos,

observam-se poucos resultados concretos e efetivos e normalmente acabam sendo dependentes de novos aportes financeiros. Embora com base na agroecologia, tais projetos têm priorizado a substituição de insumos sintéticos e práticas degradadoras, por técnicas sustentáveis, desconsiderando as relações existentes entre a população e seu território e sem considerar essa perspectiva nas ações.

Há que considerar que a agroecologia tem incorporado em seus processos as questões técnicas de produção, o saber local e a cultura, mas vinculados às atividades produtivas. A abordagem territorial, por sua vez, possui uma perspectiva mais abrangente, envolvendo além das questões endógenas, que caracterizam a própria identidade, as questões exógenas, da relação da comunidade com a sociedade mais ampla. Por esse motivo, essa abordagem deveria estar na base dos projetos agroecológicos e em sua implementação.

Considerando que o território é delimitado e demarcado segundo a ocupação dos grupos, sua forma de uso e manejo dos recursos e pelas relações socioculturais que mantém com o ambiente, é um importante instrumento de análise e compreensão do modo de vida e da própria definição de comunidades remanescentes de quilombos.

Para Garcia (1976) o território é portador de significados que sobrepõem a configuração física e sendo parte integrante da cultura, relaciona-se às formas de compreensão, direcionando as ações das comunidades. Um aspecto importante é que se constitui no substrato espacial sobre o qual o ser humano é capaz de relacionar-se, elaborando significados (RIOS, 2011). Assim, não é qualquer território que faz parte da cultura quilombola, mas aquele relacionado com sua história de busca pela autonomia e liberdade. É suporte e produto da formação de identidades individuais e coletivas, despertando sentimentos de pertencimento e de especificidade (BONNEMAISON, 1981). Por meio de práticas culturais e relações é que se constrói, coletivamente, a identidade quilombola.

Cruz (2011) considera que o uso do território se concretiza em domínios culturais como parentesco, economia, saúde, política e religião. O sentimento de pertencimento se constrói desde a representação física, como pela representação intelectual e espiritual, sendo o substrato onde se desenha a interação de grupos (GARCIA, 1976).

Apresenta uma importante dimensão econômica, sendo o resultado da apropriação e valorização do espaço mediante a representação e o trabalho, com ênfase em seu papel como fonte de recursos. Como organização do espaço, vai responder às necessidades econômicas, sociais e políticas de cada sociedade, e sob este aspecto, sua produção está sustentada pelas relações sociais que o atravessam (GIMENEZ, 2000).

Rios (2001) acrescenta a dimensão política, ressaltando que o território é construído pelo e no tempo e vem a ser o produto do conjunto de relações que os indivíduos

estabelecem entre si e com a natureza. Dentro das combinações com outros indivíduos, o grupo pode ter divisão do trabalho e critérios para fazê-lo, bem como *status* político e normas de relacionamento (GARCIA, 1976). Essa dimensão também está relacionada aos conflitos e alianças entre grupos distintos e a competição e cooperação entre grupos espacialmente diferenciados. Nomear o território constitui uma das primeiras marcas de apropriação e identidade, transmitindo sua existência a outros, fazendo referência a área específica e dando ao exterior a visão unitária, global, daquele espaço geográfico (GARCIA, 1976).

Cada território apresenta características e propriedades físicas específicas, sejam naturais ou resultantes dos usos e práticas do grupo social. Nessa concepção, sua dimensão física corresponde à materialidade. Os elementos naturais são transformados em potencialidades, na medida em que a sociedade percebe sua importância como recurso e os integra à suas práticas, que podem ser predatórias ou sustentáveis. O grupo, ao apropriar-se de um espaço, decide por um conjunto de intervenções cuja natureza está relacionada às suas concepções éticas, suas opções políticas e seu nível tecnológico.

O território também pode ser portador de capital social, que segundo Silva (2007) é um conjunto de conhecimentos, práticas, valores, habilidades e tradições que permitem a construção da sociedade em uma estrutura que dá sentido à vida. Refere-se à conexão entre indivíduos, redes sociais e às normas de reciprocidade e lealdade que nascem deles (PUTNAM, 2000) e se constrói sobre a base de insumos, matéria-prima ou precursores socioculturais existentes em quase todas as sociedades; a confiança e o afeto que se associam com a familiaridade (amizade e vizinhança) e com a extensão das normas de solidariedade do lugar nuclear à rede de parentesco mais ampla. O capital social é definido pela confiança, normas de reciprocidade e participação; e desta forma, permite às pessoas cooperarem, ajudarem-se e promoverem a prosperidade (PUTNAM, 2000).

Assim, ao pensarmos o planejamento de projetos e Políticas Públicas que visam o desenvolvimento de grupos e comunidades, há de se considerar a ancoragem do conceito antropológico de território – como um espaço portador de significados que sobrepõem a sua configuração física e como parte integrante da cultura, relaciona-se às formas de compreensão, direcionando as ações das comunidades -, ao conceito de agroecologia que lhes dão suporte, permitindo uma compreensão mais ampla dos processos envolvidos nas realidades em questão. No presente estudo, tal abordagem se configura especialmente importante dadas as peculiaridades culturais da comunidade quilombola aqui tratada.

No espaço transformado em território, as comunidades desenvolveram e desenvolvem atividades socioeconômicas que se configuram como práticas culturais, identificando-se com sua história de busca pela liberdade e autonomia. O acesso a terra e

aos recursos atém-se às relações sociais, de parentesco e grupais. A reprodução cultural baseia-se em uma ocupação e utilização comunal do espaço (ITESP, 2002).

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho foi avaliar sob as diferentes dimensões do território (sociocultural, econômico, político e ambiental) os projetos de agroecologia desenvolvidos na comunidade quilombola Mandira.

Metodologia

Esta pesquisa constitui-se um estudo de caso dos Projetos agroecológicos implantados na comunidade remanescente de quilombo Mandira, localizada no município de Cananéia/SP.

De acordo com o ITESP (2002), sua fundação ocorreu no ano de 1868, quando Francisco Mandira, recebeu a área denominada Sítio Mandira, na forma de doação, de sua meia-irmã. Francisco era fruto da relação do senhor Antônio Florêncio de Andrade com uma de suas escravas.

A área ocupada pela comunidade é de 54 hectares e a área reconhecida e não titulada está em processo judicial. A comunidade é constituída por 18 famílias, totalizando 64 pessoas. Foram analisados dois projetos na comunidade: a criação da Reserva Extrativista do Mandira e ordenamento das atividades pesqueiras; e a implantação de Sistemas Agroflorestais.

Para coleta de dados foram utilizadas as técnicas de entrevistas parcialmente estruturadas, observação participante e diálogos informais, sendo essas técnicas realizadas com a totalidade da comunidade e análise documental dos projetos desenvolvidos.

A entrevista parcialmente estruturada possui alguns tópicos fixados e outros são redefinidos conforme o andamento da entrevista e permite maior controle da situação pelo informante (VIERTLER, 1988), ficando mais livre para o diálogo. Em todas as etapas de coleta de dados optou-se pelo não uso de gravação, pois muitas pessoas da comunidade consideram este uso como invasivo, e poderia interferir negativamente na obtenção dos dados e na liberdade do informante.

A observação participante, de acordo com Bryun (1966, p.13, apud HAGUETTE, 1987, p.70) pode ser entendida como:

“[...] um compartilhar consciente e sistemático, conforme as circunstâncias o permitam nas atividades de vida e, eventualmente, nos interesses e afetos de um grupo de pessoas. O tempo implica não que os observadores estejam participando do estudo, mas que eles estão participando nas atividades do grupo sendo observado”.

Nesse caso, houve a participação junto às famílias nas atividades extrativas em áreas de manguezal, durante o manejo das ostras nos viveiros de engorda, em atividades de pesca, manejo agrícola nos sistemas agroecológicos e na realização de mutirões.

O sistema agroalimentar foi analisado por meio do Recordatório 24 horas e frequência de consumo. O Recordatório 24 horas consiste na obtenção de informações verbais sobre a ingestão alimentar das últimas 24 horas anteriores às consultas, com dados sobre os alimentos e bebidas consumidos. Esse instrumento foi utilizado por ser bem aceito pela maioria dos entrevistados, o tempo de administração é curto, não promove alteração na dieta habitual, pois o relato é posterior à ingestão e como essa é imediatamente anterior, os indivíduos se lembram da maior parte de alimentos e bebidas que ingeriram. Pela técnica contemplar informações de apenas um dia, não acaba refletindo o hábito alimentar do indivíduo, e dessa forma, utilizou-se adicionalmente a frequência de consumo, sendo um questionário composto por uma lista de alimentos e bebidas, apresentado ao indivíduo que indica aqueles de sua preferência e a frequência semanal de ingestão (HOLANDA; BARROS FILHO, 2006), com identificação da origem dos produtos.

Também foram levantadas as fontes de renda das famílias; o recebimento de benefícios, como bolsa família e aposentadoria.

Para análise da cobertura de solo nas áreas de agricultura, utilizou-se de um quadro vazado de 0,5m x 0,5m, lançado aleatoriamente na área, realizando a avaliação por meio da observação do percentual de cobertura do solo, atribuindo notas de 1 a 4, sendo o maior valor, para 100% de cobertura.

Procurou-se, com as técnicas de levantamento de dados, identificar aspectos econômicos, ambientais, socioculturais e políticos vinculados ao território, permitindo a análise dos dados.

O levantamento de dados foi realizado entre fevereiro de 2011 e setembro de 2013.

Resultados e discussão

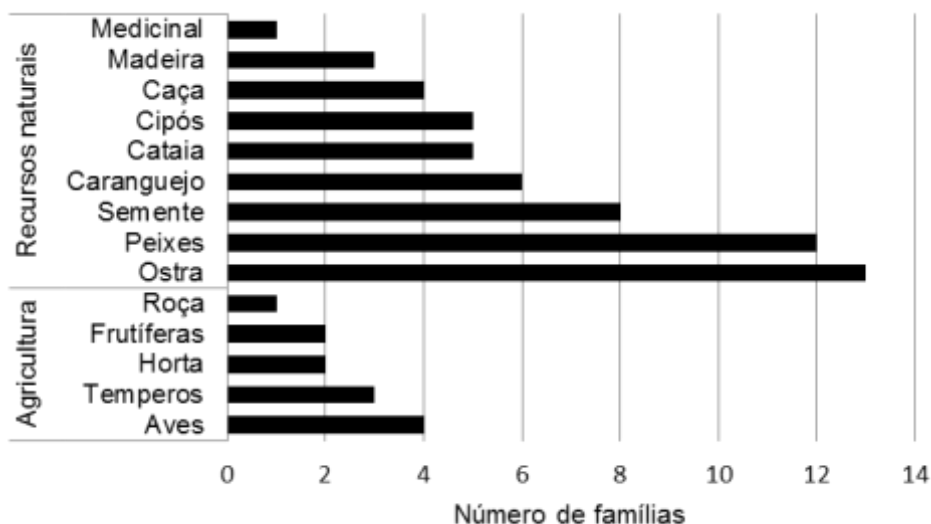
Projeto de criação da Resex e ordenamento das atividades

Perspectiva econômica

As famílias de Mandira fazem uso de diversos recursos, para geração de renda e consumo, conforme pode ser observado na Figura 1, sendo os principais produtos comercializados, a ostra nativa (*Crassostrea brasiliiana*) e o caranguejo-uçá, conforme verificado na Figura 2. A pesca tem a finalidade de autoconsumo e seu uso não é frequente

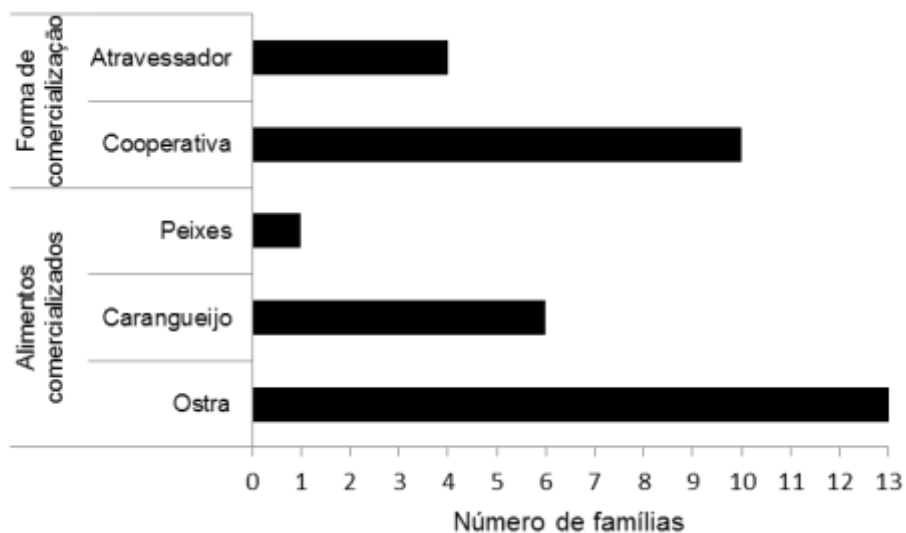
entre todas as famílias. Para Gimenez (2000) a dimensão econômica do território se configura por meio dos usos e práticas realizadas, sendo uma fonte de recursos e meio de subsistência, permitindo às famílias sua reprodução material.

Figura 1. Uso de recursos naturais e agricultura praticada entre as famílias que trabalham com manejo de recursos marinhos



Organização: Autores

Figura 2. Produtos e forma de comercialização das famílias que trabalham com manejo de recursos marinhos



Organização: Autores

Com o manejo de ostra realizado em viveiros, a criação da Resex e a fundação da COOPEROSTRA, a remuneração com esta atividade foi maior e a técnica de engorda tornou-se mais interessante, tanto do ponto de vista econômico, quanto ambiental, comparativamente ao extrativismo. O valor pago é de R\$5,00 a R\$6,00 a dúzia de ostra,

variando em função do tamanho. A comercialização se dá pela COOPEROSTRA e para atravessadores. Neste último caso, as famílias relataram que no início das atividades da Cooperativa, houve problemas financeiros, acarretando em atrasos nos pagamentos, o que vem ocorrendo atualmente, o que motivou o desligamento. Segundo os entrevistados, este atraso tem ocorrido atualmente e preferem vender para atravessadores, considerando que o preço pago é o mesmo da Cooperativa e o pagamento se dá no momento da entrega dos produtos.

Atualmente, a Cooperativa realiza a entrega das ostras duas vezes por semana na cidade de São Paulo e em todo litoral paulista. Sua fundação favoreceu a comercialização da ostra, agregando valor ao produto, porém, inicialmente como a comunidade não estava capacitada para o trabalho administrativo, houve a contratação de funcionários, o que acarretou em problemas administrativos e atualmente continua com problemas financeiros e processos trabalhistas. Segundo Gehlen (2004) Políticas Públicas têm sido implementadas com o estímulo à criação de cooperativas, na expectativa de que esta ação irá resolver os problemas de geração de renda em comunidades culturalmente diferenciadas. Porém, nem sempre superam os problemas existentes, pois estes grupos são portadores de racionalidades centradas em valores éticos sobre a reprodução socioeconômica e nas relações sociais e com o meio natural, priorizando valores de convívio em detrimento de competitividade econômica. Assim, estes fatores podem ser o motivo para a pouca participação das famílias na gestão da COOPEROSTRA, principalmente após os problemas financeiros.

Nos meses de dezembro a fevereiro todas as famílias recebem o seguro-defeso¹ e vendem apenas as ostras que estão nos viveiros. Esse fato garante o cumprimento das normas de proibição de coleta de ostras no período reprodutivo, contribuindo para a manutenção dos estoques naturais e garantindo renda às famílias.

Com a análise das atas de reuniões do processo de elaboração do Plano de Manejo da Resex, em 2005 foi determinado que o cenário ideal da Unidade fosse que cada família possuísse a quantidade de 20 viveiros, obtendo com este montante retorno econômico e sustentabilidade na atividade. O número atual de viveiros por família está abaixo desse valor, com apenas 4 famílias possuindo mais de 15 viveiros (Figuras 3 e 4). Nesses locais, o tempo para a engorda da ostra, permite que haja a reprodução, contribuindo para a manutenção dos bancos naturais.

O projeto de manejo de recursos pesqueiros tem seu principal foco o manejo de ostra, buscando a racionalização por meio da engorda em viveiros. Este maior incentivo acabou por promover a especialização na geração da renda, considerando que as famílias

¹ O Seguro defeso é um benefício assegurado, concedido ao pescador artesanal em períodos em que o mesmo é proibido de pescar, para preservar o período de reprodução dos peixes.

que trabalham com essa atividade, dedicam-se exclusivamente a ela, não explorando outras oportunidades que existem ou podem existir no território, estando mais dependentes desse recurso.

Com relação ao caranguejo-uçá, atualmente 6 famílias realizam sua comercialização periodicamente e as demais realizam a exploração no período de reprodução, tanto para consumo, quanto para comercialização esporádica. Entre as famílias que comercializam rotineiramente, a quantidade extraída é de 65 a 85 dúzias por semana, considerado sustentável de acordo com o Plano de Manejo. A venda de caranguejo-uçá é realizada principalmente para atravessadores e em menor quantidade para COOPEROSTRA.

No que diz respeito ao aspecto econômico, o projeto de criação da Resex e ordenamento das atividades promoveu melhorias para as famílias, obtendo melhor remuneração pelos produtos do extrativismo.

Figuras 3 e 4. Viveiros de engorda de ostras e atividades de manejo pelos extrativistas.



Fonte: acervo do autor.

Perspectiva Ambiental

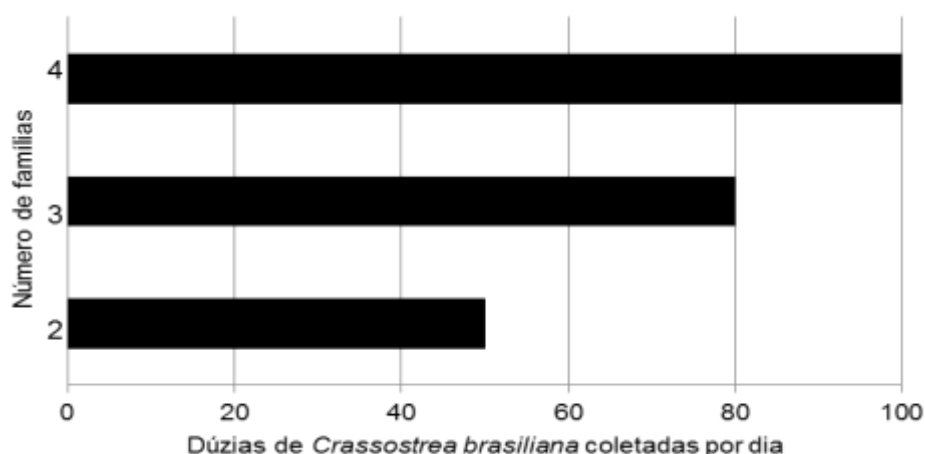
O manejo de ostras se caracteriza pela coleta no mangue, com tamanhos entre 5 e 10 cm que posteriormente são colocadas nos viveiros de engorda e em torno de 6 a 8 meses estão aptas para venda, pois o preço aumenta conforme seu tamanho.

As ostras que estão imersas permanentemente devem ser deixadas no mangue para que constituam bancos de reprodução perenes. Também há o defeso anual, de dezembro a fevereiro, não sendo permitida a coleta no meio natural, apenas a venda das ostras que estão nos viveiros. Com relação às práticas de manejo de recursos naturais dentro da Resex, nota-se que os moradores têm conhecimento sobre as normas, em especial no manejo de ostra, mas há relatos de moradores que coletam indivíduos em

tamanhos não permitidos, relacionando-se à comercialização da ostra desmariscada para atravessadores e foi relatado apenas em uma família.

A quantidade extraída de *Crassostrea brasiliana* varia de acordo com as famílias e o tipo de trabalho, se individual ou familiar, como observado na Figura 5. A principal forma de produção se dá por meio do cultivo em viveiros e quando os extrativistas encontram ostras maiores que 10 cm no meio natural e que não estejam imersas permanentemente, realizam a coleta e vendem direto.

Figura 5. Quantidade de *Crassostrea brasiliana* coletada pelas famílias



Organização: Autores

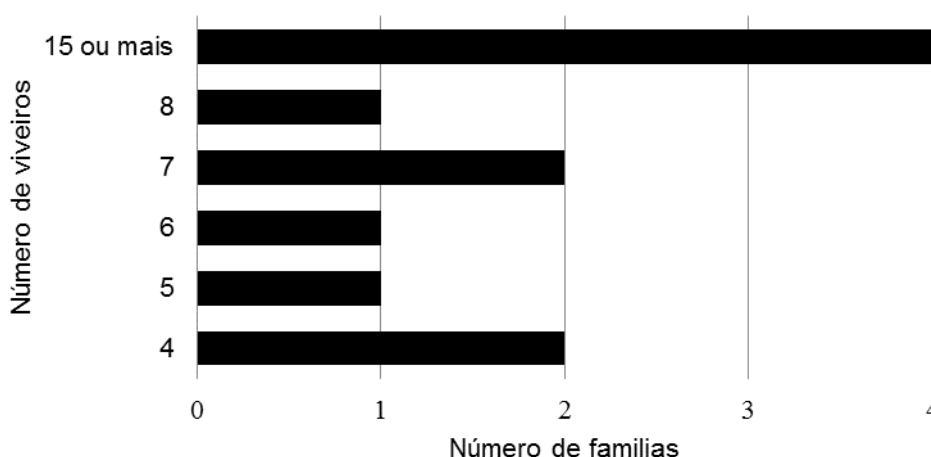
Segundo o Plano de Manejo (ICMBio, 2010) a extração de ostras está abaixo da capacidade extração, porém, as entrevistas e a observação das atividades dos moradores indicam que a quantidade de ostra a ser retirada dos mangues não é abundante, havendo necessidade de coleta do recurso em áreas fora da Resex. Para as famílias, a área da Unidade é pequena e nos últimos anos há mais pessoas se dedicando à atividade. Fato importante a ser destacado na realização do Plano de Manejo em 2005 é que a área definida como Reserva foi considerada pelos técnicos que atuaram no projeto, insuficiente para a manutenção de qualidade de vida da população e consideraram importante a criação de outras Unidades com a mesma finalidade. Vale citar que a percepção da comunidade sobre os recursos é uma das metodologias citadas no Plano de Manejo para a quantificação do estoque na Unidade. Esses fatores têm levado à redução de moradores dedicados à atividade, buscando trabalhos assalariados.

Como este projeto teve seu foco voltado para o manejo da ostra e caranguejo, houve maior dependência desses recursos para a geração de renda, o que pode estar acarretando, maior exploração. O caráter econômico acaba direcionando a produção do

território e o mercado externo passa a contribuir para as transformações territoriais, orientando as suas modificações (FARJADO, 2010).

De acordo com o Plano de Manejo, o cenário ideal para a Resex seria a maioria dos coletores trabalhando com viveiros de engorda, expandindo gradualmente sua quantidade e mantendo o número de quatro dias de extração do meio natural. Segundo Cardoso (2008) após a criação da Resex, os coletores não mais precisaram sair da Unidade para garantir a produção diária e os trabalhos extrativistas de coleta no mangue foram reduzidos para quatro dias por semana, reduzindo a pressão sobre os estoques. Atualmente, todos os moradores trabalham com viveiros, como observado na Figura 6 e algumas famílias realizam a extração de ostras no meio natural por 5 dias na semana, o que pode também contribuir com o aumento na exploração. A quantidade extraída de ostras em Mandira aumentou na última década, até o ano de 2010, sendo que, de acordo com levantamento realizado, houve redução na quantidade no último ano, que é o mesmo período citado pelos moradores como o início da redução dos estoques no meio natural.

Figura 6. Número de viveiros por família



Organização: Autores

Antes da criação da Resex, a comunidade utilizava diversas áreas para a coleta de ostras, sendo o conjunto dessas, maior para o extrativismo. A área da Resex de 1.177,8 hectares, inicialmente tinha previsão para ser maior e devido a questões de desapropriação, evitando a demora da criação da Unidade, foi definida apenas em área de marina. Após sua criação, os extrativistas não podem mais retirar ostras de outras áreas como anteriormente, o que pode contribuir para a exploração mais intensiva na Unidade.

De acordo com o Instituto de Pesca, a captura por unidade de esforço² aumentou após a realização do Plano de Manejo, porém houve redução em 2010. Estes dados se

² Captura por unidade de esforço refere-se ao trabalho dedicado para a realização do objetivo de captura.

relacionam com a necessidade de alguns extrativistas saírem da Resex do Mandira para realizarem a coleta de ostras para posterior engorda. Para Bonnemaïson (1981) na medida em que a comunidade percebe a importância do território como recurso, estes são transformados em potencialidades e integrados às suas práticas, que podem ser predatórias ou sustentáveis.

Para Pereira (2010), a prática de extrativismo de caranguejo-uçá na Resex do Mandira mostrou-se sustentável em todos os aspectos analisados, considerando fator importante para este fato, o número de extrativistas em relação à área disponível para coleta e por serem os manguezais bem conservados e produtivos.

No Plano de Manejo da Resex é determinada a proibição de algumas práticas, como a abertura de grandes buracos, a coleta de fêmeas e de indivíduos menores que 6 cm de largura da carapaça, a retirada exclusiva da pata do caranguejo, o desrespeito ao período de defeso e a captura com redes, que são colocadas na entrada das galerias. Mesmo sendo proibido, de acordo com a Portaria do IBAMA nº. 52/2003, ainda há o uso de redes em Mandira. Jankowsky (2007) menciona que embora a redinha seja um método mais produtivo e facilita o trabalho, é menos seletivo e por isso é proibida. Apesar disso, esta armadilha, tem tido aceitação crescente nas últimas décadas entre os extrativistas de vários estados brasileiros (NORDI, 1992), por sua fácil confecção e instalação e baixo custo, possibilitando aumento do rendimento da captura. Percebe-se que apenas restringir determinadas práticas não garante seu cumprimento, pois estas ações, sem o envolvimento ou consentimento dos usuários, resultam fragmentadas e mais propensas ao fracasso (BERKERS et al., 2001). Se não ocorrer o apoio local não haverá o cumprimento das normas estabelecidas (MOLLER et al., 2004) e por esse motivo há tendência para abordagens participativas e de base comunitária buscando a conservação ambiental nas ações e Políticas Públicas.

Para o caranguejo-uçá, de acordo com o Instituto de Pesca, a quantidade extraída está acima de 5.000 dúzias ao ano, com aumento no número de extrativistas na região de Cananéia. Este aumento pode ter ocasionado redução na captura por unidade de esforço desse recurso. A captura realizada pelos beneficiários de Mandira não foi considerada predatória no Plano de Manejo, em razão dos baixos volumes extraídos, porém, observa-se aumento nos últimos anos, havendo necessidade de acompanhamento dos estoques, visando garantir a sustentabilidade de manejo.

As dimensões econômica, política e cultural do território quilombola estão interligadas e têm sua base material nas relações da comunidade com a natureza, que são estabelecidas na construção de saberes próprios e dos usos praticados. É por meio desse que as comunidades quilombolas expressam sua leitura do ambiente, desenvolvida nas

relações cotidianas, na construção do modo de vida e relacionada à reprodução material e simbólica (FERREIRA, 2006).

Na perspectiva ambiental, há indícios de redução dos estoques de ostras no meio natural, de acordo com a perspectiva dos extrativistas e pelos dados de captura de esforço do Instituto de Pesca, o que pode comprometer a manutenção dos bancos naturais. A busca de um equilíbrio ambiental implicaria na adoção de novas alternativas como a diversificação de atividades.

Perspectiva Sociocultural

O território responde inicialmente às necessidades básicas de subsistência e a partir desta, sua produção está sustentada pelas relações sociais. O território explorado pela comunidade deixa de ser apenas um espaço de obtenção do retorno econômico e passa a ser um espaço com sua identidade, que historicamente se constituiu. Assim, pode ser considerado como meio de subsistência, fonte de recursos e lugar de inscrição de um passado histórico e de memória coletiva (GIMENEZ, 2000).

O maior número de viveiros de ostras pertence a famílias que trabalham juntas (pais e filhos), incluindo as mulheres, que vão para o mangue de 1 a 2 vezes por semana.

São poucas as famílias que se dedicam ao cultivo nos quintais entre aquelas que trabalham com o manejo de ostra e caranguejo-uçá; a maioria deixou essa atividade, ficando mais dependente do mercado para alimentação. Do total de famílias da comunidade, apenas 6 possuem cultivos de espécies frutíferas, hortaliças, temperos e criação animal, que será abordado posteriormente. Essa redução é recente, pois no Plano de Manejo constava que o cultivo nos quintais ainda era frequente em quase todas as casas. Os motivos para essa mudança estão relacionados à facilidade de compra e especialização da atividade econômica, com maior dedicação do tempo para o manejo de recursos marinhos.

A produção possui importante vínculo com as questões socioculturais das comunidades e o abandono dessa prática como fonte de alimentos pode se configurar em um risco para a manutenção da cultura quilombola. Vale ressaltar que, com o fim dessa prática, deixam de existir relações de solidariedade, como a prática dos mutirões em momentos como o plantio e a colheita.

Na perspectiva sociocultural destaca-se a mudança nos hábitos alimentares e nos modos de produção/obtenção dos alimentos, com maior dependência de produtos externos à comunidade, podendo comprometer a segurança e soberania alimentar.

Perspectiva Política

Nesta perspectiva, consideramos a participação e envolvimento dos membros da comunidade nas ações dos projetos, buscando autonomia.

A análise da participação dos moradores de Mandira nas reuniões (Conselho Deliberativo da Resex, Associação e Projetos) e tomadas de decisão, demonstra que apesar de registro da presença, muitas vezes, não há envolvimento nas tomadas de decisão. Este fato foi relatado anteriormente durante o desenvolvimento dos projetos do PDA com manejo de ostra nativa e com criação da Resex:

“Desde o início do projeto a maior dificuldade encontrada foi a pequena participação da comunidade. Nas reuniões era clara a presença de uma liderança, sendo que os demais membros da comunidade, mesmo presentes, raramente expressavam suas opiniões. O mesmo acontecia com as tarefas relacionadas ao projeto, pouquíssimas pessoas da comunidade estavam realmente envolvidas. A partir de diagnosticada a dificuldade de participação da comunidade, seguida pela percepção do grupo que o plano de manejo não poderia ser realizado com a participação de uma pequena parte da comunidade, a coordenadora do projeto e uma técnica do Instituto de Pesca se propuseram a formular um roteiro com perguntas relacionadas ao Plano de Manejo, aplicando-o em todas as casas dos associados. Quanto à gestão da associação, o sucesso depende do aumento da participação da comunidade (tanto em reuniões quanto assumindo tarefas da associação)”.

Em nossas entrevistas, os moradores relataram que as tomadas de decisão se limitam apenas aos membros da diretoria, que ocupam e já ocuparam cargos anteriormente. Os atuais membros são aqueles com maior articulação e assim, para muitas famílias, eles acabam tomando as decisões. Nos relatórios do projeto PDA houveram vários relatos referentes à baixa participação da comunidade: “atualmente participam aproximadamente 20 a 30 pessoas nas reuniões da associação (44 associados) e menos de 10% dos associados tomam decisões”.

Em outro relatório do projeto é citado que

“anteriormente a entidade estava muito centrada em um líder, que acabava se tornando o responsável por todas as conquistas da comunidade, bem como de todas as insatisfações da mesma. Muitos dos associados não conheciam a prática da gestão da REMA³ e nem ao menos entendiam qual era a função da associação para o Mandira. Atualmente, apesar de ainda haver falhas nas funções da nova gestão, mais famílias estão envolvidas no processo e atuando com mais responsabilidade com relação a REMA”.

Com o desenvolvimento dos projetos, mesmo havendo pouca participação, a comunidade passou a ter maior atuação, não apenas nas ações diretamente relacionadas

³ REMA: Associação de Moradores da Reserva Extrativista do Bairro Mandira.

às propostas do Projeto, mas em articulação com outras comunidades e entidades, como Fóruns, Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras - EAACONE, movimento negro no Brasil. A formação de novas lideranças, de acordo com os relatórios consultados foi determinante para aumentar a participação da comunidade.

“Uma alteração interessante que ocorreu durante o projeto foi a mudança dos membros da diretoria, incluindo jovens formados pelo projeto. Os membros anteriores a esta gestão, estavam na diretoria há muitos anos, intercalando funções, devido ao pequeno número de famílias atuantes na REMA. Pequeno aumento quantitativo na participação, mas grande aumento qualitativo. A REMA estava inicialmente centrada em 1 liderança que se posicionava em nome da comunidade. Durante o projeto pelo menos um integrante de cada família participou ativamente das tomadas de decisão e das ações desenvolvidas. Formação de outras lideranças, pelo menos quatro, incluindo mulheres e jovens. A participação da comunidade de forma geral ainda não é ideal, devido à falta ou flutuação no envolvimento com a REMA, mas houve grande avanço no processo de formação para participação”.

Nos resultados finais alcançados com o projeto PDA é citada a

“maior participação da comunidade durante as reuniões e assumindo responsabilidade nas atividades do projeto, da REMA e da Cooperostra e a participação da comunidade, que ainda precisa aumentar bastante, principalmente quanto a necessidade de mais pessoas assumirem responsabilidades dentro do projeto, possibilitando um empoderamento mais igualitário dos moradores do Mandira”.

No relatório final do projeto em 2008, consta a “participação bastante instável dos associados ao longo do período do projeto, necessitando a manutenção de estratégias de mobilização”.

A participação se torna fundamental para o êxito das Políticas Públicas, tanto as que visam o desenvolvimento sustentável, quanto as que possuem caráter mais social e através da participação se obtém melhores resultados qualitativos e quantitativos (PAREDES, 2011), além da autonomia da comunidade nos processos.

Esta mobilização entre as famílias que trabalham com manejo de recursos marinhos foi prejudicada, não tendo a mesma continuidade com o final do Projeto. Também houve desconfiança dos moradores com relação à Diretoria e assim, a formação de capital social também ficou prejudicada.

Estes fatores não significam que o projeto de criação da Resex não foi participativo, mas após os problemas com a COOPEROSTRA, houve desmobilização e desmotivação das famílias, com redução da participação e envolvimento, observados atualmente.

Segundo os relatórios do projeto e entrevistas, ainda há desconfiança relativa à diretoria da comunidade “A credibilidade da REMA aumentou, devido a sua maior atuação

local e pela maior participação dos associados, mas ainda existem conflitos e desconfianças com relação à diretoria, independente da equipe”.

Nas normas das Reservas Extrativistas é incluída a necessidade de participação no sentido de promover o empoderamento da comunidade, e para que ela seja protagonista de sua própria história (GOHN, 2004). Este tema entrou na pauta das Políticas Públicas e busca processos que tenham a capacidade de gerar novos mecanismos de desenvolvimento sustentável, com a mediação de agentes externos, quando necessário. O empoderamento está relacionado ao processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar as comunidades, em seu crescimento e autonomia, com melhoria gradual de seu modo de vida.

Segundo Berkers et al. (2001) a valorização dos saberes locais e a participação das comunidades no processo de gestão são fundamentais para o manejo sustentável de recursos. Na elaboração do Plano de Manejo, mesmo havendo a participação, não houve o envolvimento dos atores nas tomadas de decisão e a continuidade da mobilização, dificultando a produção de capital social.

Na perspectiva política, é possível considerar que a reduzida participação e envolvimento das famílias compromete a autonomia relacionada às ações na Resex, o que pode levar à dependência de agentes externos ou a tomada de decisão centralizada nos membros da Diretoria para a solução dos problemas.

Projeto com sistemas agroflorestais

Perspectiva Econômica

Na comunidade, de todas as famílias, apenas 6 trabalham com agricultura, constituindo-se para essas a principal fonte de renda. Esse fato se deve às restrições impostas pela legislação ambiental, não permitindo a derrubada e uso do fogo para plantio das roças e à criação de Unidades de Conservação, aumentando a fiscalização ambiental entre as décadas de 1970 e 1980. Nesse período, dadas as restrições de acesso aos recursos que tradicional e sazonalmente exploravam, as famílias se tornaram mais dependentes da economia de mercado e passaram a atender de forma mais sistemática as demandas de indústrias e comerciantes por produtos com maior valor comercial, como palmito, madeiras, camarão e por fim o manejo de ostra, tornando-se a principal atividade econômica na comunidade (SALES; MOREIRA, 1996).

Dentre as que trabalham com cultivo da ostra, apenas uma dedica-se também à roça de subsistência, realizada em área reconhecida, mas ainda não titulada da comunidade. Vale referir que as áreas boas para a agricultura, estão localizadas nesse

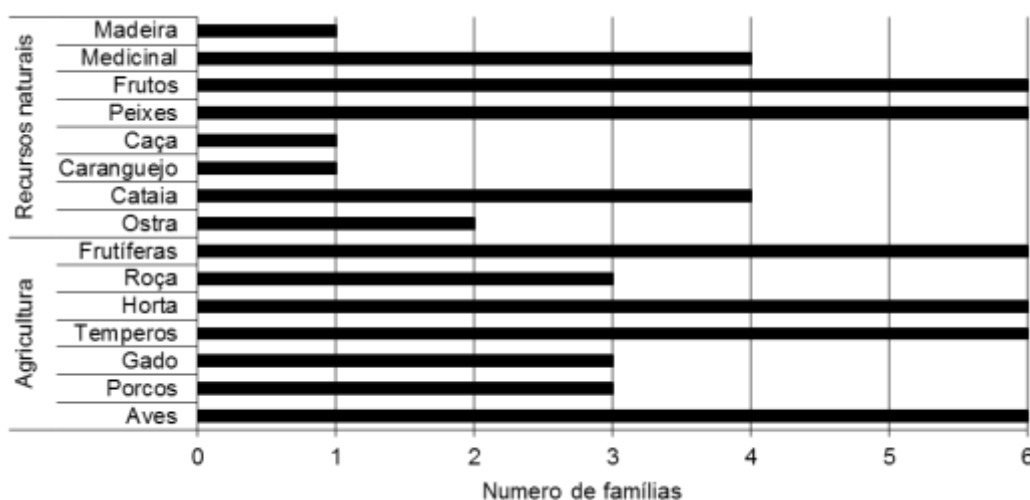
território, sendo que as já tituladas se encontram em encostas e morros, oferecendo maior dificuldade para o manejo.

A atividade agrícola das famílias se caracteriza pelo cultivo de diversas espécies de hortaliças e frutos, cultivados com técnicas agroecológicas e em SAF. Estes sistemas possuem espécies como palmito jussara, pupunha e real, azeitona-do-ceilão, araticum, pitanga, banana e outras frutíferas. Alguns autores têm destacado a importância destes sistemas para a agricultura familiar no combate à pobreza, na segurança alimentar e na conservação dos recursos naturais (PALUDO; COSTABEBER, 2012).

As famílias também realizam a coleta de frutos nativos com objetivo de consumo e comercialização, tanto *in natura*, como no preparo de licores e geleias, como observado na Figura 7. Os frutos mais obtidos são jussara, araticum, abiu, pitanga e cambuci. Os produtos artesanais são preparados nas próprias residências das famílias durante a semana, incluindo banana chips, mel, geleias, licores, pães, carnes defumadas e produtos típicos da alimentação, como beiju de arroz. Esse processamento teve iniciativa das próprias famílias. A maior diversidade de produtos comercializados e de atividades econômicas ocorre nesse Projeto, incluindo também produtos de origem animal e maior diversidade de itens produzidos e explorados do meio natural, como verificado na Figura 8.

Esta iniciativa agroecológica teve início entre os próprios agricultores que posteriormente obtiveram apoio com o projeto da ONG PROTER, através do PDA para implantação dos SAF em 2006, e os capacitou em agroecologia e sistemas agroecológicos de produção.

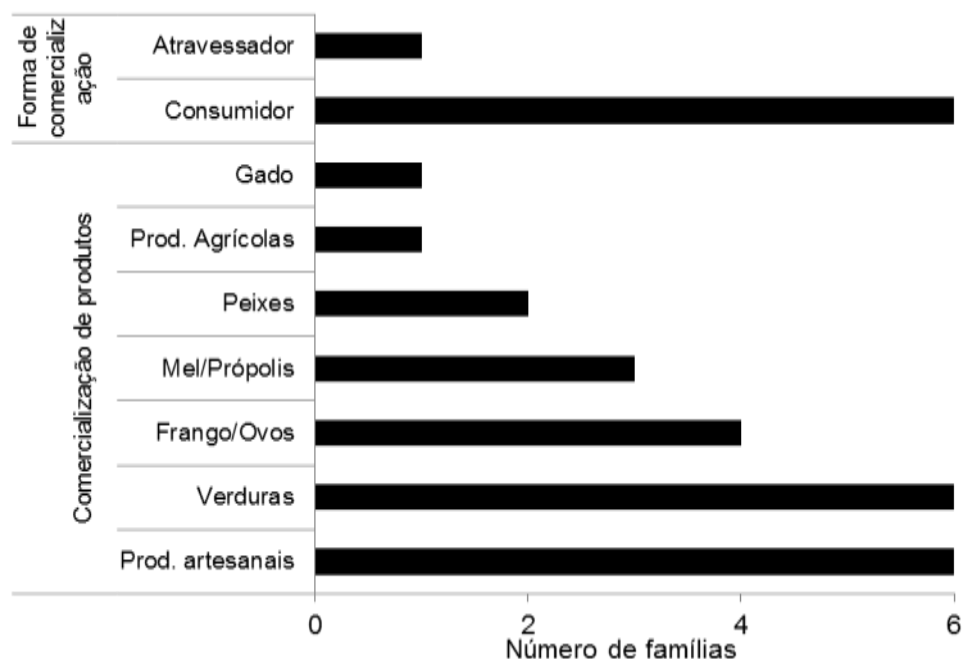
Figura 7. Uso de recursos naturais e agricultura praticada entre as famílias que trabalham com agricultura



Organização: Autores

O cultivo de hortaliças consiste no uso de dejetos animais como fonte de nutrientes e uso de caldas e extratos para controle de insetos e doenças, embora seja rara a necessidade. A criação animal é composta de gado, frango, porcos e pato.

Figura 8. Produtos e forma de comercialização das famílias que trabalham com agricultura



Organização: Autores

Nesse modo de produção torna-se importante a diversificação, com integração de produtos vegetais e animais, reduzindo a necessidade de insumos externos, como observado. A diversificação da produção é uma estratégia para se alcançar menor dependência de insumos externos e este projeto proporcionou maior relação com as demais atividades desenvolvidas pelas famílias, incluindo a agricultura de subsistência, pois há roças de coivara⁴ para autoconsumo, a criação animal, a produção hortícola e frutífera.

Nota-se que as práticas, iniciativas e conhecimentos dos agricultores constituem o ponto de partida deste Projeto, que atuou como mobilizador das iniciativas de desenvolvimento, buscando integração das atividades e diferentes recursos naturais existentes, o que pode denotar referência ao território.

Os produtos são comercializados em uma feira agroecológica na cidade de Cananéia/SP, organizada aos sábados, com venda direta ao consumidor, apresentando alta diversidade de produtos. Inicialmente houve apoio da Prefeitura Municipal de Cananéia para

⁴ Coivara é uma técnica agrícola tradicional que utiliza a derrubada da mata nativa, seguindo da queima da vegetação e plantio de várias culturas durante 2 a 3 anos. Posterior a esse período, a área é deixada em pousio por 3 a 20 anos, com recuperação da vegetação nativa. Esse método é utilizado principalmente em agricultura de subsistência.

sua realização, principalmente para transporte dos produtos e, atualmente, a Feira não conta com apoio do Poder Público.

Os produtos variam de acordo com a sazonalidade de cada espécie, presente no território, tanto nativa, quanto cultivada. A venda em canais curtos de comercialização tem um reflexo territorial que devolve poder e independência ao meio rural frente ao meio urbano e a prioridade passa a ser a alimentação sadia dos agricultores, associada à comercialização (SEVILLA GUZMÁN; SOLER, 2010). Além disso, a venda direta proporciona maior proximidade entre agricultor e consumidor e auxilia a sustentabilidade da produção, pois o sistema produtivo tem lógicas agroecológicas e busca novas atividades potenciais, explorando o território como fonte de recursos (SOLER, 2009).

Normalmente estas feiras são administradas através de parceria entre o Poder Público local, as associações de produtores e Instituições de apoio, aumentando o poder político dos agricultores, ao atuarem nessas lógicas.

A combinação entre agroecologia e circuitos curtos de comercialização pode repercutir nas diferentes dimensões territoriais, como a econômica, por meio da valorização da paisagem e dos recursos naturais; a sociocultural, através da aproximação de produtores e consumidores e o conhecimento local associado ao manejo com valorização da cultura local e práticas alimentares; e a ambiental, através do uso de práticas sustentáveis de produção.

Na perspectiva econômica, destaca-se a diversificação de produtos para venda, o que contribui para o manejo sustentável das espécies. O processamento dos produtos, associado à venda direta, agrega valor e proporciona melhor remuneração às famílias.

Perspectiva Ambiental

Os sistemas de produção observados entre as famílias possuem baixa dependência de insumos externos, utilizam os recursos renováveis locais, valorizam o conhecimento local e tem a função de consumo interno e comercialização. Estas premissas estão em consonância com algumas das propostas por Gliessman (2000) para o manejo sustentável dos agroecossistemas.

Estes sistemas promovem a complexidade e diversidade de produtos, com interações entre espécies, não sendo resumidos à substituição de insumos externos ou sintéticos por sustentáveis. Para Paludo e Costabeber (2012) o redesenho de agroecossistemas através dos sistemas agroflorestais vêm se mostrando viável tanto do ponto de vista econômico, como ecológico, recuperando sua capacidade produtiva. Os autores relataram que estes sistemas também têm promovido a fixação dos agricultores no campo, o resgate da autoestima das famílias e o incentivo às formas associativistas.

Algumas pesquisas têm indicado que a venda em canais curtos e direto ao consumidor promove o estímulo à diversificação da produção, aumentando a biodiversidade agrícola e a complexidade e equilíbrio dos agroecossistemas. Esse pode ser o motivo da maior diversidade de cultivos observados entre as famílias de Mandira.

A base de manejo e produtividade é a diversidade, minimizando as necessidades de insumos, com potencialização dos ciclos naturais do agroecossistema, promovendo a produção dos insumos no próprio território. As espécies presentes são nativas e exóticas, com interesse alimentar e para obtenção de produtos para comercialização, nativas e exóticas. As características das áreas de produção das famílias podem ser observadas na Tabela 1.

Tabela 1 - Características das áreas de estudo

Área	Diversidade total de espécies na área	Cobertura de solo (%)	Insumos utilizados
1	20 sp.	100	Esterco e Serrapilheira
2	18 sp.	90	Esterco
3	14 sp.	100	Serrapilheira
4	22 sp.	70	Esterco e Serrapilheira
5	10 sp.	70	Esterco
6	11 sp.	80	Esterco e Serrapilheira

Organização: Autores

Os sistemas agroflorestais implantados pelas famílias se caracterizam como sucessionais biodiversos, análogos em estrutura e função às florestas tropicais. Estes sistemas têm se mostrado promissores para produção com a conservação dos recursos naturais, inclusive biodiversidade e sem a utilização de insumos externos (PENEIREIRO, 1999). Em estudo na Mata Atlântica foi reconhecido seu potencial para o manejo dos recursos naturais, para geração de renda e segurança alimentar (VIEIRA; HOLL; PENEIREIRO, 2009).

Nessa perspectiva, a diversidade de espécies exploradas e cultivadas e a baixa necessidade de insumos externos, por meio da integração entre produção vegetal e animal, promove maior sustentabilidade à produção, além de diversificar os itens para abastecimento da família.

Perspectiva Sociocultural

Atualmente verifica-se que os trabalhos desenvolvidos com os SAF entre as famílias são realizados através de mutirões, realizados esporadicamente, como observado

nos trabalhos de campo. Estas famílias também trabalham com roças de subsistência, com plantio de arroz, feijão, milho, mandioca e batata doce, utilizando plantios consorciados e variedades locais. Segundo Munari (2009) esse é um complexo sistema agrícola, desenvolvido pelas populações tradicionais e representa experiências acumuladas ao longo de séculos de interação entre população e natureza e baseada no conhecimento dos processos naturais e das espécies. É a prática relacionada entre a cultura e aspectos econômicos e ambientais (MUNARI, 2009). Foi através deste sistema, que a autonomia foi alcançada pelas famílias, sendo um dos elementos identificados na definição de comunidades remanescentes de quilombos. Porém, pesquisas vêm apontando a redução nesta prática entre comunidades quilombolas do Vale do Ribeira e entre os fatores associados está o estímulo à realização de cultivos comerciais, atrelado ao aumento da renda familiar, como subsídios do governo e as restrições ambientais que limitam a derrubada de novas áreas da floresta (PEDROSO-JUNIOR; MURRIETA; ADAMS, 2008). Todos estes fatores são observados também em Mandira, como causas da redução da prática, sendo observada apenas entre as famílias que tem a agricultura como fonte de renda. Como consequência, ocorre a perda das técnicas e do conhecimento associado à coivara, bem como das variedades agrícolas, acarretando na redução do capital social e cultural.

No caso das comunidades remanescentes de quilombos, o território era apropriado por meio dos usos e práticas que desenvolviam (FERREIRA, 2006), orientadas para autoconsumo e comercialização. Essas atividades socioeconômicas se configuram como práticas culturais, utiliza a mão-de-obra familiar e identifica-se com a autonomia das famílias. A organização da produção considera os ciclos da natureza, e a partir destes, as técnicas mais adequadas e os processos de trabalho são construídos.

Este manejo dos agroecossistemas realizado pelas famílias, com maior diversidade e integração entre produção animal e vegetal e exploração de espécies nativas, implica diretamente na oferta de mais produtos para autoconsumo, tanto de origem vegetal, quanto animal, respeitando os ciclos naturais, a sazonalidade de produção e a oferta dos recursos disponíveis no território.

Os sistemas alimentares são a interação complexa entre as dimensões ecológica, técnica, social e econômica (BUTTEL, 1993). Percebe-se entre as famílias que o consumo de hortaliças e frutos ocorre com frequência e possuem menor dependência de compra de alimentos, incluindo produtos básicos como arroz e feijão e maior diversificação alimentar. Esta maior oferta está relacionada com a maior diversidade de produtos explorados para venda. Para Sevilla Guzmán (2001) quando os componentes socioculturais, incluídos os hábitos alimentares, são trabalhados de forma igualitária às variáveis ecológicas e

agronômicas, tem-se como resultado o fortalecimento das especificidades socioculturais, a valorização da alimentação e dos alimentos locais.

Na perspectiva sociocultural, destaca-se o trabalho realizado em mutirões; a produção nas roças de coivara; a produção para autoconsumo, com maior diversidade de itens consumidos e menor dependência de alimentos externos e industrializados.

Perspectiva Política

A venda através de circuitos curtos proporciona aos agricultores, maior autonomia, em comparação com demais formas de comercialização, que segundo Darolt e Constanty (2008), torna o sistema de produção simplificado e especializado em um ou dois produtos, repetindo a lógica comercial e industrial utilizada em sistemas convencionais.

As famílias atuam na Associação Rede Cananéia, com reuniões realizadas constantemente e estão envolvidas nas ações, desempenhando funções e assumindo as tarefas, muitas vezes realizadas em sistemas de mutirão.

O empoderamento está relacionado ao processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar as comunidades, em seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva. Todos estes fatores podem ser observados nesse Projeto. Percebe-se que por haver menor intervenção de agentes externos, estas famílias se empoderaram das ações e tomam as decisões conjuntamente, aumentando a participação, a cooperação e a confiança. Este Projeto, tendo uma perspectiva mais ampla, que se aproxima da abordagem antropológica do território, promoveu a formação de capital social.

O Projeto proporcionou maior envolvimento das famílias em todos os processos. A intervenção técnica externa atua como articulador inicial das ações e o grupo organiza mutirões entre os beneficiados para a execução das ações.

Há também maior cooperação, inclusive na comercialização, que ocorre aos sábados na cidade de Cananéia/SP na feira agroecológica. Não são todos os produtores que participam neste momento, porém, os demais levam os produtos de todos para serem comercializados. Percebe-se maior envolvimento destas famílias em todas as etapas dos projetos, desde sua formulação - em que todos participam das decisões, na implantação e comercialização. Assim, fica evidente que a participação neste caso, proporcionou a cooperação entre famílias e a formação de capital social.

Quando a ancoragem territorial está presente nas ações dos projetos, esses se tornam ricos em capital social e assim obtém-se melhores resultados com as ações implementadas. Um território rico em capital social pode abrigar recursos humanos e naturais para a promoção do desenvolvimento local sustentável.

As Políticas Públicas recentes estão propiciando a emergência de novos atores sociais, induzindo a reelaboração de conceitos, como o de identidade sociocultural, que inclui a noção e o lugar do trabalho e as relações de trabalho com o meio ambiente. Porém, muitas vezes as Políticas Públicas reintroduzem a questão da centralidade do trabalho, na sua perspectiva de competitividade e, para ser eficiente a renúncia aos saberes locais e apropriação de outros, levando à perda do controle do processo em sua totalidade, criando dependência aos técnicos externos à comunidade (GEHLEN, 2004).

No caso dos produtores agroecológicos, juntamente com a lógica econômica, competição e inserção no mercado, trabalha-se ainda com os modos de produção tradicional, como as roças de coivara, com finalidade de abastecimento da família, que está relacionado ao seu sistema cultural, em que estas práticas sempre foram responsáveis pela reprodução da família.

Para Nicola e Diesel (2006) o trabalho dos agentes externos tem que estar intimamente relacionado com a formação de capital social, para assim, proporcionar o desenvolvimento das comunidades, o que pode ser observado nesse Projeto.

Nessa perspectiva, observa-se que a participação e envolvimento das famílias proporcionaram maior cooperação e autonomia, com formação de um importante capital social para as relações endógenas e exógenas à comunidade.

Considerações finais

A partir da perspectiva econômica do território, os dois projetos implantados contribuíram para a melhoria da renda, sendo o montante obtido semelhante entre ambos. Porém, a venda direta ao consumidor, no caso dos SAF, tem contribuído com a maior oferta de produtos e diversificação das atividades econômicas.

Há maior dependência do mercado externo para as famílias que se dedicam ao manejo da ostra e caranguejo, diferentemente daquelas que se dedicam aos SAF, com maior autonomia para produção e comercialização e diversidade de produtos, contribuindo para o manejo e oferta de alimentos.

Na perspectiva ambiental, a especialização da atividade de manejo de ostra, associada a maior quantidade de extrativistas, pode estar relacionada à redução de seus estoques. Os SAF apresentam diversidade de espécies, contribuindo para o manejo e uso dos recursos locais como insumos, integrando a criação animal e vegetal, o que em princípio leva a maior sustentabilidade.

Assim, no presente estudo, o projeto de SAF proporcionou a autonomia, a cooperação, com realização de mutirões, contribuindo para a formação de capital social e confiança entre as mesmas; a alimentação mais saudável e práticas sustentáveis de

produção. Elementos esses vinculados à identidade quilombola. Em oposição, as famílias que se dedicam ao manejo de recursos marinhos, apresentam maior dependência de alimentos externos e maior consumo de itens industrializados. Também, entre essas, há menor cooperação, não sendo observado/relatado, a realização de mutirões.

Na perspectiva política, o projeto de SAF promoveu autonomia das 6 famílias e participação nas tomadas de decisão e conselhos. Entre as demais famílias, há menor participação e envolvimento, com poucos membros tomando decisões e assumindo cargos.

Esses resultados indicam que a perspectiva territorial se constitui um importante instrumento de avaliação de Projetos e também pode contribuir na implementação de ações de Políticas Públicas agroecológicas.

Referências

BERKES, F.; MAHON, R.; MCCONNEY, P.; POLLNAC, R.; POMEROY, R. **Managing Small-Scale Fisheries: alternative directions and methods**. Ottawa: International Development Research Centre, 2001. 320 p.

BONNEMAISON, J. Voyage autour du territoire. **L'espace géograp.**, Paris, n. 4, p. 249-262, 1981.

BRASIL. Portaria nº 52, de 30 de setembro de 2003. Proíbe a captura, a manutenção em cativeiro, o transporte, o beneficiamento, a industrialização, o armazenamento e a comercialização dos indivíduos da espécie *Ucides cordatus*, durante o período que especifica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 02 out. 2003.

BUTTEL, F. Environmentalization: origins, processes, and implications for rural social change. **Rural Sociol.**, Iowa, v. 57, n. 1, p. 1-27, 1993.

CARDOSO, T.A. **A construção da gestão compartilhada da Reserva Extrativista do Mandira, Cananéia, SP**. 2008. 130 f. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

CRUZ, B.N. Soportes teóricos y etnográficos sobre conceptos de território. **Rev. Coherencia**, Medellín, v. 8, n. 14, p. 209-229, 2011.

DAROLT, M.R.; CONSTANTY, H. Estratégias de fortalecimento entre produtores e consumidores orgânicos. In: FÓRUM INTERNACIONAL DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL ORGÂNICO E BIOTECNOLOGIAS, 1., 2008, Curitiba. **Resumos...** Curitiba: Orgânica, 2008. p. 44-45.

FARJADO, S. A questão locacional e a Nova Geografia. **Rev. Ambientia**, Guarapuava, v.6, n. 1, p. 161-168, 2010.

FERREIRA, S.R.B. Campesinidade e território quilombola no Norte do Espírito Santo. **GEOgrafia**, Londrina, n. 16, p. 57-82, 2006.

GARCIA, J.L. **Antropología del territorio**. Madrid: Taller de ediciones Josefina Betancor, 1976. 178 p.

GEHLEN, I. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **São Paulo Perspect.**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 95-103, 2004.

GIMENEZ, G. Território, cultura e identidades. In: BARBERO, J.M.; ROCHE, F.L.; ROBLEDO, A. (Org.). **Cultura y región**. Bogotá: CES, 2000. p. 87-132.

GLIESSMAN, S. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000. 654 p.

GOHN, M.G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde Societ.**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31, 2004.

HAGUETTE, T.M.F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987. 224 p.

HOLANDA, L.B.; BARROS FILHO, A.Z. Métodos aplicados em inquéritos alimentares. **Rev. Paul. Pediatría**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 62-70, 2006.

ICMBio. **Plano de Manejo Participativo**: Reserva Extrativista do Mandira – Cananéia/São Paulo. São Paulo, 2010. 192 p.

ITESP - INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório Técnico-científico de identificação das comunidades remanescentes de quilombos de Mandira/Cananéia-SP**. São Paulo, 2002. 50 p.

JANKOWSKY, M. **Perspectiva a um manejo sustentável subsidiado pela ecologia humana: o caso da captura do caranguejo-uçá, *Ucides cordatus*, no Município de Cananéia, SP, Brasil**. 2007. 92 f. Dissertação (Mestrado Ecologia e Recursos Naturais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

MOLLER H.; BERKERS, F.; LYVER, P.O.; KISLALIOGLU, M. Combining science and traditional ecological Knowledge: monitoring populations for co-management. **Ecol. and Soc.**, Wolfville, v. 9, n. 3, p. 2-12, 2004.

MUNARI, L.C. **Memória social e ecologia histórica**: a agricultura de coivara das populações quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a formação da Mata Atlântica local. 2009. 218 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

NICOLA, M.P.; DIESEL, V. A formação de capital social e o desenvolvimento sustentável. **Cad. Agroecologia**, Porto Alegre, v. 1, p. 41-44, 2006.

NORDI, N. **Os catadores de caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) da região de Várzea Nova (PB)**: uma abordagem ecológica e social. 1992. 107 f. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1992.

PALUDO, R.; COSTABEBER, J.A. Sistemas agroflorestais como estratégia de desenvolvimento rural em diferentes biomas brasileiros. **Rev. Brasil. Agroecologia**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 63-76, 2012.

PAREDES, S.V. Evaluando la participación social: democracia y políticas públicas. **Rev. Mexic. Sociología**, México, v. 73, n. 1, p. 105-137, 2011.

PEDROSO-JUNIOR, N.N.; MURRIETA, R.S.S.; ADAMS, C. A agricultura de corte e queima: um sistema em transformação. **Bol. Mus. Par. Emílio Goeldi**, Ciências Humanas, v. 3, n. 2, p. 153-174, 2008.

PENEIREIRO, F.M. **Sistemas Agroflorestais dirigidos pela sucessão natural**: um estudo de caso. 1999. 127 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1999.

PEREIRA, A.L.C. **Estrutura populacional do caranguejo-uçá, *Ucides cordatus*, (Linnaeus, 1763) (Crustacea, Brachyura, Ocypodidae) e sustentabilidade do extrativismo na reserva extrativista do Mandira, Cananéia, São Paulo, Brasil.** 2010. 79 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: Editora FGV: 2000. 257 p.

RIOS, F.T. Diversidad y sentido patrimonial: contribuciones desde la antropología del territorio al estudio de comunidades tradicionales. **Terra Plural**, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. 153-167, 2011.

RIOS, F.T. Complejidad territorial y sustentabilidad: notas para una epistemología de los estudios territoriales. **Rev. Horiz. Antropológicos**, São Paulo, v. 12, n. 25, p. 105-115, 2001.

SALES, R.J.R.; MOREIRA, A.C. **Reservas extrativistas no complexo estuarino-lagunar de Iguape e Cananéia – domínio Mata Atlântica.** São Paulo: Série Documentos e Relatórios de Pesquisa, n. 22, 1996. 48 p.

SEVILLA GUZMÁN, E. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. **Agroecol. Desenv. Rur. Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p.35-45, 2001.

SEVILLA GUZMÁN, E.; SOLER, M. Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria. **PH Cuadernos**, Andalucía, v. 26, p. 190-217, 2010.

SILVA, P.S. **Políticas públicas e mediação social na comunidade remanescente de quilombos de Casca – Mostardas, RS.** 2007. 105 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SOLER, M. **El contexto socioeconómico de la agricultura ecológica: la evolución de los sistemas agroalimentarios.** Sevilla: Universidad de Sevilla, 2009. 38 p.

VIEIRA, D.; HOLL, K.; PENEIREIRO, F. Agro-successional restoration as a strategy to facilitate tropical forest recovery. **Restorat. Ecology**, Washington, v. 17, n. 4, p. 451–459, 2009.

VIERTLER, R.B. **Ecologia cultural: uma antropologia da mudança.** São Paulo: Ática, 1988. 61 p.

Sobre os autores

Rafael Navas - Graduação em Engenharia agrônoma pela FCAV-UNESP; Mestrado em Ecologia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP); Doutorado em Ecologia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP); Professor da Universidade Federal de Alagoas, Centro de Ciências Agrárias – Maceió, Alagoas, Brasil.

Maria Elisa Paula Eduardo Garavello - Graduação em Economia Doméstica pela Universidade de São Paulo (USP); Mestrado em Agronomia-Sociologia Rural pela Universidade de São Paulo (USP); Doutorado em Ciência Social pela Universidade de São

Paulo (USP); Livre-Docência pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP); Professora Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP), Departamento de Economia, Administração e Sociologia.

Como citar este artigo

SILVA, Rafael José Navas da; GARAVELLO, Maria Elisa Paula Eduardo. Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território. **Revista NERA**, ano 21, n. 41, p. 165-191, jan.-mar. 2018.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo “Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território” foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as) **Rafael José Navas da Silva e Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello**. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. Os autores **Rafael José Navas da Silva e Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello** ficaram especialmente responsáveis pelo desenvolvimento teórico-conceitual, bem como; o autor **Rafael José Navas da Silva**, pela aquisição de dados e suas interpretações e análises foram realizadas por ambos autores.

Recebido para publicação em 14 de maio de 2016.

Devolvido para a revisão em 09 de maio de 2017.

Aceito para a publicação em 25 de maio de 2017.
